

AS RELAÇÕES DE PODER NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS CONVERGENTES EM MAX WEBER E PIERRE BOURDIEU

Telma Aparecida da Silva Santos *

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir como os pressupostos teóricos dos sociólogos Max Weber (1982, 1993 e 1995) e Pierre Bourdieu (1975, 2004 e 2009) auxiliam na compreensão acerca do poder nas relações escolares. A metodologia deste trabalho consistiu predominantemente em revisão bibliográfica das obras dos autores citados. Primeiramente, foram descritas algumas das principais contribuições desses autores, com vistas a um melhor entendimento de suas teorias. Em seguida, há uma análise das suas obras, com o que se relaciona especificamente ao fenômeno denominado poder, constatando-se convergências que são contributivas para o entendimento da questão do poder nas escolas. O estudo apontou para a necessidade de mais discussões sobre a temática, para que se possam nortear processos educativos que elucidem a superação das consequências que o fenômeno pode provocar no campo do gênero e da diversidade cultural nos contextos de ensino.

Palavras-chave: Poder. Relações escolares. Max Weber. Pierre Bourdieu.

1 Introdução

Este artigo discute como se engendram as relações de poder nas relações escolares. Para fundamentação teórica, apoiamos em Max Weber (1982, 1993 e 1995) e Pierre Bourdieu (1975, 2004 e 2009). O primeiro abordando o poder formal, normalizado, impessoal e sob influência política e burocrática. O segundo teoriza um poder invisível, por vezes com pessoas sem consciência do serviço prestado a uma ideologia em que há o predomínio do capital simbólico e da cultura da classe dominante.

O fenômeno do poder subjaz a todas as áreas da sociedade. Percebe-se isso ao se deparar com o poder legalmente instituído por meio das leis e regulamentos que regem todas as instituições, a começar pela instituição familiar e a escola.

Assim, para o estudo das relações de poder nas instituições escolares não é coerente que sejam interpretadas somente seus aspectos endógenos. Daí advém a grande necessidade de buscar nas ciências humanas como a Sociologia e a Filosofia, para que se

* Telma Aparecida da Silva Santos trabalha na Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal do Triângulo Mineiro- IFTM. É mestranda em educação na Universidade de Uberaba- UNIUBE. Bolsista pelo Observatório da Educação, OBEDUC/CAPE. Endereço eletrônico: telmasantos@iftm.edu.br

verifique quão complexa é a questão do poder nas relações escolares e como esse fenômeno pode atingir o entendimento sobre questões do gênero e da diversidade cultural nos contextos do ensino.

Estudos recentes têm mostrado que o que acontece no espaço escolar recebe influências de estruturas exógenas determinantes para manifestação do poder. Dessa forma, para analisar as relações de poder no interior das instituições escolares, faz-se necessário entender como o fenômeno se manifesta na sociedade.

2 Max Weber

Max Weber, sociólogo alemão, nasceu em Erfurt no ano de 1864. Faleceu em 1920. Sua produção intelectual pode ser dividida em fases. Após sua morte, foram publicadas várias obras tendo como a mais famosa: “Economia e Sociedade: esboço de sociologia compreensiva”, em 1920.

Weber pôde trazer contribuições importantes às discussões que eram lançadas em seu tempo e também sobre a “modernidade”. Ele influenciou um grande conjunto de autores contemporâneos como, por exemplo, as obras que foram produzidas por Habermas, Teoria da Ação Comunicativa em 1984. No tema “modernidade”, Weber ressaltou dois fenômenos básicos: a perda do significado da vida e a perda da liberdade.

Maurício Tragtenberg, professor da Faculdade de Educação da UNICAMPI, ao escrever a introdução da edição brasileira do livro de Weber (1993), assim o define:

Max Weber é um autor clássico, portanto, atual. Se pudéssemos sintetizar a temática central do conjunto de sua obra, diríamos que ela se debruça sobre os problemas da racionalização, da secularização, da burocratização das estruturas e dos comportamentos das pessoas como traços específicos da civilização ocidental. (TRAGTENBERG, 1993 *apud* WEBER, M. 1993).

3 Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu nasceu em 1930, em Bearn, na França e faleceu em 2002. É considerado pela academia como um dos maiores sociólogos da educação da atualidade. Suas contribuições foram influenciadas por Max Weber. No Brasil, sua obra foi amplamente divulgada a partir de 1975 com os estudos sobre a reprodução das instituições de ensino. Bourdieu discutiu em seus livros diversos aspectos das ciências sociais, deixando grandes contribuições de questões relativas à educação e ao poder. (CASTRO,

1997). Seus livros mais conhecidos são *A Distinção* (1979), em que trabalhou os julgamentos estéticos como distinção de classe, *Sobre a Televisão* (1996) e *Contrafogos* (1998), em que discute o discurso neoliberalista.

O destaque da sociologia de Bourdieu tomou corpo quando os cientistas da educação começaram a desenvolver suas teorias com base numa visão crítica da escola, por volta da segunda metade do século XX, com o surgimento dos questionamentos acerca da neutralidade da instituição escolar. O ensino era visto como um meio de elevação cultural sem prestar atenção às relações e tensões sociais. Pierre Bourdieu empreendeu uma investigação sociológica do conhecimento que detectou um jogo de dominação e reprodução de valores.

Contudo, suas obras por muito tempo foram criticadas por aqueles que as viam pessimistas, sem perspectivas, e que traziam apenas denúncias.

4 Perspectivas Teóricas de Max Weber e Pierre Bourdieu sobre o poder

Reconhecemos que há outros autores que trabalham em busca do conceito “poder”. Todavia, de forma intencional neste artigo, foram eleitos os sociólogos Max Weber e Pierre Bourdieu como aporte teórico, justificando assim o título do presente trabalho e, além disso, entendendo que embora sejam autores muito originais, com relação a esse fenômeno, convergem em vários pontos. Weber e Bourdieu seguem a metodologia da sociologia compreensiva¹ e embasarão teoricamente esta proposta de análise.

Max Weber entende que a sociologia compreensiva mostra preocupação com a compreensão das atitudes dos indivíduos na sociedade e considera que essa metodologia poderia explicar melhor determinados processos sociais da realidade.

O objeto de estudo da sociologia compreensiva é a ação social dos indivíduos, suas conexões, o motivo de seus interesses, suas iniciativas ou, Segundo Weber,

¹ [...] A sociologia interpretativa ou compreensiva considera o indivíduo e seu ato como a unidade básica, como seu “átomo”. Nessa abordagem, o indivíduo é também o limite superior e o único portador de conduta significativa. Em geral, para a Sociologia, conceitos como “Estado”, “associação”, “feudalismo” e outros semelhantes designam certas categorias de interação humana. Daí ser tarefa da Sociologia reduzir esses conceitos à ação “compreensível”, isto é, sem exceção, aos atos dos indivíduos participantes [...] (WEBER, M. 1982, p.74).

o homem pode compreender ou procurar compreender suas próprias intenções pela introspecção, ou pode interpretar os motivos da conduta de outros homens em termos de suas intenções professadas e atribuídas. (WEBER, M., 1982, p. 74)

Weber sustenta a afirmação de que o comportamento humano revela nas ações sociais conexões e regularidades que só podem ser interpretadas através da *compreensão*. Para essa forma de interpretação compreensiva, o sociólogo trabalhou com a metodologia denominada de “tipo ideal”. “São as ações, relações racionais afins, que podem ser definidas como tipo ideal” (WEBER, M., 1995, p. 314-315).

A teoria do tipo ideal é o ponto que representa o momento emancipado da teoria weberiana, pois, para ele, garante a qualificação científica às ciências histórico-sociais na construção dos “tipos ideais”, que se constituem em captar os fenômenos na sua singularidade. São os traços específicos típicos. (WEBER, M., 1993). A partir da definição do que vem a ser ‘tipo ideal’, Weber passa a apresentar os três tipos puros de dominação e vai delimitando o tema acerca do poder.

Para o sociólogo,

[...] dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem, pode ter o seu fundamento em diversos motivos de submissão: pode ser determinada diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações racionais de vantagens e desvantagens (referentes a meios e fins) por parte daquele que obedece; mas também pode depender de um mero costume, ou seja, do hábito cego de um comportamento inveterado; ou pode, finalmente, ter o seu fundamento no puro afeto, ou seja, na mera inclinação que repousasse apenas nesses fundamentos seria relativamente instável [...] (WEBER, M. 1995, p. 349).

Quando teoriza sobre a “dominação legal”, estatutária e regulamentadora, está detectando que o primeiro dos três tipos puros de dominação está na burocracia. Para ele, qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto que é legitimado corretamente de acordo com as formalidades (Idibem, 1995), que por sua vez foi elaborado por aqueles que já dominam: “Obedece-se à pessoa não em virtude do seu direito próprio, mas à regra, que estabelece quem e em qual medida se deve obedecer. Aquele que manda também obedece a uma regra no momento em que emite uma ordem” (WEBER, 1995, p. 350).

Esse tipo de dominação legal corresponde não apenas ao Estado na sua forma ampla, mas também às instituições escolares, na qual os alunos obedecem a ordens dos professores, esses dos coordenadores pedagógicos, que por sua vez obedecem ao diretor, que obedece a ordens dos sistemas de ensino, constituindo um movimento profundamente

hierárquico. Diante disso, percebe-se que as formas de dominação burocrática estão em ascensão em todas as partes, inclusive no interior das escolas.

No segundo tipo puro de dominação, chamado por Weber de “dominação tradicional”, consiste em uma crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais há muito tempo existente. O tipo mais puro é caracterizado como dominação patriarcal, em que quem manda é o “senhor” e os que obedecem são os seus “súditos”, porém essa obediência se deve à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição, por fidelidade. Weber assegura que uma violação por parte do senhor colocaria em risco inclusive a legitimidade de seu próprio domínio (WEBER, 1995, p.351). São os regulamentos e estatutos que são ‘válidos desde sempre’.

Um último tipo de dominação pura é chamado de “dominação carismática”, que se dá em consequência da devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, especificamente, a faculdades mágicas, revelações e heroísmo, poder intelectual ou de oratória. Seu tipo puro é a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. (Ibidem, p. 354). Neste domínio, quem obedece é o apóstolo, mas o faz por causa do perfil extraordinário e sobrenatural.

A sociedade não o caracteriza como “antiautoritário” (Ibidem, p. 358). A validação desta dominação está em a pessoa ser acreditada por parte dos seus subalternos. Assim, o “poder é a possibilidade de que um homem (ou um grupo de homens) realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, M. 1982). O sociólogo diz que a existência da Lei já é um fator em que o uso da força física ou psíquica é administrado pelo poder (sempre estruturado e distribuído), caso haja violação do que foi estabelecido.

Weber diferencia o poder “condicionado economicamente” do “poder”. Para ele, o poder econômico é consequência de um poder que já existe por vários motivos. Diante disso,

[...] o homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. O poder, inclusive o poder econômico, pode ser desejado *por si mesmo*. Muito frequentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas *honras* sociais que ele acarreta. Nem todo poder, porém, traz honras sociais. Nem é o poder a única base de tal honra. Na verdade, ela, ou o prestígio, podem ser mesmo a base do poder político ou econômico, e isso ocorre muito frequentemente (WEBER, 1982, p. 211, com grifos no original).

Para o autor em estudo, o poder está aliado ao conceito por ele denominado “carisma”, atribuído ao líder de um grupo. Gerth e Mills (1982), contribuindo com orientações intelectuais introdutórias ao livro de Weber, analisaram que essa concepção de líder carismático é entendida por Weber como aquele que tem o “dom da graça”, que guiará aqueles que estão em “desgraça” e que o seguirão por acreditar ser ele extraordinariamente dotado. (GERTH; MILLS, 1982, *apud* WEBER, 1982).

Weber explorou a questão do carisma e do líder carismático, mas também ampliou sua visão para compreender como o poder é estruturado, ou seja, como o prestígio e o poder são manifestos nas organizações políticas. Caracterizou a sensação de pertencimento a um grupo como “nação”, e o poder sendo exercido como um modo de influência emocional para obtenção de prestígio, em que fica impregnado nessa estrutura política o fervor ideal (WEBER, M. 1982).

Para Bourdieu, o poder está relacionado ao “campo”, um conceito que pode ser caracterizado como uma sociedade local, uma comunidade, enfim, um grupo de pessoas que influenciam e recebem influência em todos os aspectos da vida, seja moral ou econômico em um determinado lugar (BOURDIEU, 2009). Assim, tem-se o *campo* familiar, o “campo” profissional, o “campo” escolar, o político, o científico, o econômico, dentre tantos outros.

O “campo” designa grupos das sociedades nos quais se desenvolvem lutas pelo poder simbólico, que produz e confirma sentidos e significados. Esses conflitos motivam valores que se tornam aceitáveis pelo senso comum. No campo da arte, da moda, da literatura, da ciência a luta simbólica decide o que é clássico ou popular, o que é bom ou mau gosto, certo ou errado. Dos elementos vitoriosos, formam-se o *habitus* e o código de aceitação social.

Para Bourdieu, o *habitus* vai se formando ao longo da vida de cada indivíduo. Refere-se à incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influenciando o seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que reproduzem, mesmo que de modo consciente.

Assim, Bourdieu (2004) compreende que

[...] o *habitus*, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas, é porque o *habitus* faz com que os agentes que o

possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias. Dito isto, essa tendência para agir de uma maneira regular – que, estando seu princípio explicitamente constituído, pode servir de base para uma previsão (o equivalente científico das antecipações práticas da experiência cotidiana) - não se origina numa regra ou numa lei explícita. É por isso que as condutas geradas pelo *habitus* não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o *habitus* está intimamente ligado com o fluido e o vago. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma lógica prática, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo [...] (BOURDIEU, 2004, p. 28).

Segundo Bourdieu (2004), o espaço social apresenta-se sob a forma de uma realidade solidamente estruturada e sob a forma de agentes dotados de propriedades diferentes e sistematicamente ligada entre si. São nesses formatos em que as relações de poder se estabelecem, promovendo, prejudicando, confrontando ou atendendo às ordens de alguém em um determinado local.

Essas lutas são denominadas por Bourdieu por lutas simbólicas, tanto as lutas individuais da existência cotidiana como as lutas coletivas e organizadas da vida política, que acabam por ter uma ordem lógica específica, que lhe confere aos que estão inseridos no “campo” uma autonomia real em reação às estruturas em que estão enraizadas através do *habitus* de cada um.

As relações de poder são reproduzidas nas relações de poder simbólico, através dos capitais simbólicos adquiridos pelos títulos de nobreza ou títulos escolares, “que representam autênticos títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens e reconhecimento” (BOURDIEU, 2004, p.163).

Entendido isso, e reconhecendo que há a luta pelo poder em todos os “campos”, fato que é inerente a todo ser humano, percebe-se que o poder se dá no âmbito simbólico e não tão-somente nas verbalizações ou atos.

[...] No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que- sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de ‘círculo, cujo centro está em toda parte e em parte alguma’- é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem [...] (BOURDIEU, p. 2009, p. 7-8)

Bourdieu trabalha o conceito do poder na perspectiva de “sistemas simbólicos como estruturas estruturantes” (Ibidem, p.8) e compreende que só pode haver um poder

estruturante porque é estruturado para isso. Weber também percebeu que o poder tem os mecanismos de subsistência e estruturação em busca da ‘ordem social’.

Segundo Bourdieu (2009, p. 9) “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo” Por ser invisível, trabalha no tratamento das ideologias, fazendo com que interesses particulares se tornem interesses universais naquele “campo” em que está sendo trabalhado, por isso há a acumulação de poder simbólico (Ibidem, p.10). Diante desse fenômeno,

[...] este efeito ideológico, produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 2009, p. 11).

A essa acumulação de poder simbólico da cultura dominante sobre a outra, Bourdieu apresenta o conceito de violência simbólica e lembra, em sua obra, que esse fenômeno é chamado por Weber de “domesticação dos dominados” (Ibidem, p. 11).

Enquanto para Weber a legitimação da dominação está alicerçada nos três tipos de dominação pura, Bourdieu enriquece essa teoria apontando que estas dominações são tacitamente e facilmente legitimadas quando há o reconhecimento do dominador e quando a submissão acontece de forma desinteressada e que a eficácia do poder simbólico depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade.

Além disso, Bourdieu (2004) afirma que o poder simbólico é um poder de fazer as coisas com palavras. Tanto em Weber como em Bourdieu houve a abordagem do uso da força nas relações de poder, embora Bourdieu analisasse como ocorrem as lutas para conservação ou transformação das estruturas internas.

Para Castro (1997), Weber fez análises da manifestação do poder em grupos diferentes e Bourdieu as fez partir do conceito de campo, onde ocorre relação de forças, dominação e luta pelo poder. Na visão da autora, essas abordagens se complementam, se convergem e auxiliam na elucidação desse fenômeno.

Contudo, a autora verificou críticas de Bourdieu a Weber, quando este conceitua a relação simples e unívoca entre o título escolar e a grande burocracia do Estado. Para Bourdieu, Weber analisa somente a racionalização e exclui da análise em questão os

elementos afetivos puramente pessoais e subjetivos, que não podem ser calculados (CASTRO, 1997).

Weber (1982) apresentou interpretações específicas sobre a educação e sobre o poder nas relações escolares. Observou a existência de dois pólos opostos no campo das finalidades educacionais na sociedade. Um seria o de despertar o carisma, ou seja, as qualidades heróicas ou dons mágicos e o outro seria o de transmitir conhecimento especializado. Para ele, esses pólos não se opõem e nos dois está a compreensão de que “preparar o aluno para uma conduta de vida é o mesmo que preparar para a conduta de servir ao Estado e fazer tentativas especializadas de treinar o aluno para finalidades práticas úteis à administração” (WEBER, M. 1982, p.482). Uma terceira finalidade estaria centrada na “pedagogia do cultivo”, que procura ‘educar’ um tipo de homem culto, cuja natureza depende do ideal de cultura da respectiva camada decisiva.

A nosso ver, para Bourdieu essa pedagogia do cultivo citada por Weber seria a reprodução instaurada através do *habitus* no campo educacional, pois nele há o capital simbólico que pode ser garantido juridicamente pelo efeito de nomeação oficial. “A nomeação oficial, o ato pelo qual se outorga a alguém um título, uma qualificação socialmente reconhecida, é uma das manifestações mais típicas do monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 2004).

Tanto em Weber como em Bourdieu observamos a preocupação com o poder revelado na hierarquia, nas titularidades, nas avaliações, classificações escolares, burocratizações e privilégios que contribuem para a manutenção da hegemonia da classe dominante, ou seja, do poder.

5 Considerações finais

Neste breve esboço das teorias de Weber e Bourdieu acerca especificamente do fenômeno “poder”, há, como se pôde perceber, pontos e aspectos das teorias do primeiro nas obras do segundo.

Weber (1995), ao trabalhar os conceitos de “tipo ideal”, “líder carismático” e “disciplina”, pressupõe o uso do poder de uma forma simbólica, expressão que foi muito usada nos escritos de Bourdieu.

A dominação, como forma de poder, quando abordada por Weber em seus três tipos puros, pode ser analisada nas esferas da sociedade, e dentro dessas, logicamente no sistema educacional que foi o nosso enfoque.

Os dois pressupostos acerca do poder se complementam, pois Bourdieu complementou o que foi dito por Weber. Bourdieu percebeu que no poder estão integradas as estruturas políticas pela sociedade de classes e pelas organizações burocráticas analisadas por Weber. Assim, se observarmos o que Bourdieu aponta como reprodução e dominação, encontraremos esses fenômenos presentes no interior das tramas políticas, burocráticas e das classes sociais citadas por Weber.

Bourdieu (1975) afirma que o sistema educacional refaz, por meio de uma violência simbólica, as relações de dominação, reproduzindo assim a ideologia da classe dominante. Desse modo, considera o processo educativo uma ação arbitrária, definindo a ação pedagógica como um ato de poder, de força e, conseqüentemente, de violência simbólica. São impetrados aos atores da comunidade educacional os pensamentos que criam os mesmos hábitos e dispositivos para ações de acordo com um determinado código de normas e de valores, legitimando os dominados como pertencentes a uma classe, a dominante, e tudo o que foge aos princípios pré-estabelecidos por ela são tidos como ilegítimos e errados.

Desse modo, como a escola lida com a diversidade cultural, já que, segundo Bourdieu, cada aluno chega nesse ambiente com o seu *habitus*? Como a escola se percebe? Reprodutora ou transformadora, diante do poder a ela instituído, legalizado e simbólico e invisível?

Nessa revisão de literatura, através dos aportes teóricos, evidenciamos que o poder simbólico está inerente ao poder instituído. Um necessita do outro para subsistir e assumem uma configuração que dá vazão à violência simbólica, o que se constitui de uma importante elucidação para mais discussões, pois parece-nos que as instituições escolares assumiram uma postura de reprodução cultural e social em uma sociedade capitalista, em que, por exemplo, a diversidade de culturas tem encontrado entraves para se estabelecer.

A análise dos pressupostos teóricos de Max Weber e de Pierre Bourdieu nos encaminha a compreendermos essas questões acerca do poder nas relações escolares, cujo

entendimento pode vir a contribuir para a “não naturalização” de muitas práticas opressoras vivenciadas nas instituições de ensino.

THE POWER RELATIONS AND THE SYMBOLIC VIOLENCE IN THE SCHOOL INSTITUTIONS: THEORETICAL ASSUMPTIONS CONVERGENTS IN MAX WEBER AND PIERRE BOURDIEU

Abstract: The objective of this article is to discuss how the theoretical assumptions of the sociologists Max Weber (1982, 1993 e 1995) and Pierre Bourdieu (1975, 2004 e 2009) help in the comprehension around of the power in school relations. The methodology of this work consisted predominantly of bibliographic review of the mentioned authors' work. First of all, were described some of the main contributions of these authors, with a view to a better understanding of their theories. Then, there is an analysis of their works related specifically to the phenomenon called 'power', it was noted that there are convergences or criticism that contribute for the power's question understanding at the school. The study pointed for the necessity of more discussion about the theme, to be possible to guide the educational process that elucidate the overcoming of the abusive use's consequences that the phenomenon can cause in the gender issues and of the cultural diversity in the teaching contexts.

Keywords: Power. School Relations. Max Weber. Pierre Bourdieu.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

_____. **Coisas ditas**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CASTRO, M. A análise do poder em instituições educacionais: a presença de Max Weber na sociologia da Educação de Pierre Bourdieu. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, dez. 1997, p.26-42. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n20-25/n20-25a03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014

GERTH, H.H., MILLS, C. W, 1982, p.64-65 in: WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Org. Int. H.H. Gerth e Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. 5. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.



WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Org. Int. H.H. Gerth e Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. 5. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. 2 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1993

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. 2 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1995